



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

604

Agravo Legal na Apelação Cível nº 316509-1

Agravantes: LL Comércio e Serviços em Alumínio Ltda. ME E OUTROS

Agravados: Cláudia Maria de Moura Silva E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE. PROVEITO ECONÔMICO PERSEGUIDO. DESCONHECIDO. VALOR DA CAUSA. MANTIDO.

Em se tratando de ação de dissolução parcial de sociedade, cujo proveito econômico perseguido pelo autor na demanda somente será conhecido na sentença ou na fase de liquidação, não há óbice que este atribua à causa, provisoriamente, o valor de alçada, sem prejuízo de posterior complementação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Agravo, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos  
Relator

605



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Agravo Legal na Apelação Cível nº 316509-1

Agravantes: LL Comércio e Serviços em Alumínio Ltda. ME E OUTROS

Agravados: Cláudia Maria de Moura Silva E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto por LL COMÉRCIO E SERVIÇOS EM ALUMÍNIO LTDA. ME E OUTROS contra decisão terminativa desta relatoria (fls. 576/578) que negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 316509-1, por manifesta improcedência, mantendo o *decisum* do MM Magistrado de 1º grau que julgou improcedente impugnação ao valor da causa, proposta pelo ora agravante, mantendo o valor projetado para a causa no feito principal.

Em suas razões recursais (fls. 581/596), os agravantes sustentam que os autores-agravados pleiteiam, na ação originária (dissolução parcial de sociedade), importância maior que R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não sendo admissível que atribuam à causa o montante de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) - valor do salário mínimo à época da propositura da demanda.

É o relatório.

Recife,

Des. José Fernandes de Lemos  
Relator

606



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

Agravo Legal na Apelação Cível nº 316509-1

Agravantes: LL Comércio e Serviços em Alumínio Ltda. ME E OUTROS

Agravados: Cláudia Maria de Moura Silva E OUTROS

Relator: Des. José Fernandes de Lemos

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

Des. José Fernandes de Lemos (Relator):

No caso *sub judice*, conforme salientado no *decisum* impugnado, os então agravados requerem, na ação originária (Dissolução Parcial de Sociedade), a apuração dos haveres da sociedade com o fito de verificar o montante a que efetivamente terão direito ao final da lide.

Embora a regra do art. 258 do CPC preveja que o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico buscado pela parte demandante, existem casos em que tal proveito não pode ser auferido no momento da propositura da demanda, tal qual na hipótese dos autos.

De acordo com o entendimento jurisprudencial pátrio, nas ações cujo proveito econômico a ser perseguido pelo demandante não pode ser conhecido quando de sua interposição, pode ser atribuído à causa, provisoriamente, o valor de alçada, sem prejuízo de posterior complementação.

No mesmo sentido, colaciono o aresto seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. VALOR DA CAUSA. I. Em se tratando de ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com apuração de haveres, cujo proveito econômico perseguido pelo autor na demanda será conhecido na sentença ou na fase de liquidação, não há óbice que este atribua à causa, provisoriamente, o valor de alçada, sem prejuízo de posterior complementação. II. Precedentes da Corte. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO POR DECISÃO

607



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador José Fernandes de Lemos

MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049147507, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator:... (TJ-RS - AI: 70049147507 RS, Relator: Celson Rolim Stocker, Data de Julgamento: 31/05/2012, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/07/2012).

Feitas tais considerações, **NEGO PROVIMENTO** ao presente agravo, mantendo a decisão monocrática recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e estilizada.